

PROJETO DE LEI Nº /08

Autor: Deputado **IVAN VALENTE**.

Declara como Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental do Brasil o rio Ribeira de Iguape e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - Fica declarado como Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental do Brasil o rio Ribeira de Iguape.

Art. 2º - Fica proibida a instalação de obras ou empreendimentos que, isolada ou conjuntamente, venham a alterar de forma significativa as condições naturais do rio em seus aspectos estético, físico, químico ou biológico.

Artigo 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O Vale do Ribeira, localizado nas regiões mais desenvolvidas do país – Sul e Sudeste – e em dois dos Estados mais urbanizados – São Paulo e Paraná - possui, em contraste com seu entorno, o maior contínuo remanescente de Mata Atlântica do país. Este alto grau de preservação, com mais de 2,1 milhões de hectares de florestas, encontra-se intimamente ligado ao modo de vida das populações desta região, gerando uma paisagem rara no mundo, e hotspot de biodiversidade (alta riqueza e alta vulnerabilidade).

Está situado em uma extensa área que compreende a Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e o Complexo Estuarino Lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá ou Lagamar uma área úmida com cerca de 3.287 km², além de outras sub-bacias interligadas. Sua ocupação por parte das populações humanas, há cerca de 12 mil anos, se deu ao longo do rio Ribeira de Iguape, que hoje possui o patrimônio de 75 sítios líticos (de pedra), 82 sítios cerâmicos, 12 sambaquis, 12 abrigos/grutas e 3 cemitérios indígenas.

Na história mais recente, o baixo Ribeira, desde o início do século XVI, recebeu diversas expedições por exploradores e colonizadores portugueses em busca de ouro e

68E8B51B39 *68E8B51B39*

prata. Martim Afonso de Sousa, primeiro donatário da Capitania de São Vicente e o pioneiro na exploração do território paulista, organizou ainda na década de 1530 uma expedição com 80 homens para explorar o interior do Vale, utilizando-se do rio Ribeira de Iguape como via de acesso. Nessa época foram formados os dois primeiros núcleos populacionais da região: as vilas de Cananéia e Iguape.

Com a descoberta das primeiras áreas aptas à exploração do ouro no final do século XVI, o fluxo fluvial no rio Ribeira de Iguape aumentou significativamente, e a partir do século XVII começou a colonização de suas margens, fazendo com que surgissem alguns dos primeiros povoados da Capitania de São Vicente, que depois se transformaram nas atuais cidades de Sete Barras, Eldorado, Iporanga, Ribeira e Registro, dentre outras.

Atualmente, a população da região é composta principalmente por comunidades quilombolas, caiçaras, índios Guarani, pescadores tradicionais e pequenos produtores rurais. Todas estas comunidades, bem como a conservação da Mata Atlântica, dependem do rio Ribeira de Iguape para sua continuidade, que desta forma, passa a ter não só um elevado valor econômico, mas ecológico histórico e cultural, desde sua nascente e até o Complexo Estuarino Lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá, representando um eixo natural e cultural de alta relevância nacional. Isto permite compreender a região como uma das poucas paisagens culturais do país, onde a natureza, ainda conservada, é o produto da interação positiva entre o homem e a natureza. Esta interação vem sendo reconhecida pelo Estado, e pode ser ilustrado pelo fato de que as únicas Reservas de Desenvolvimento Sustentável do estado de São Paulo estão nesta região. Além disso, possui, neste dois estados, mais de 40 Unidades de Conservação (UCs), e esta é uma das seis áreas brasileiras que passaram a ser consideradas pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura) como Patrimônio Natural da Humanidade. Levantamentos preliminares realizados em algumas dessas UCs encontraram dezenas de espécies ameaçadas de extinção. Entre elas o monocarvoeiro, a onça-pintada, a jaguatirica, o veado campeiro, a jacutinga, o jacaré-de-papo-amarelo e o papagaio-de-cara-roxa, além de 42 espécies endêmicas como o beija-flor rajado, o boto cinza, o zabelê e o mico-leão-da-cara-preta.

Ao longo do rio Ribeira e de seus principais afluentes de alto e médio curso estão localizadas aproximadamente 51 comunidades quilombolas. Essas comunidades têm sua economia baseada principalmente na agricultura de subsistência e, nos últimos anos, a produção e comercialização da banana tem possibilitado às famílias um acréscimo de renda. Seus territórios protegem um valioso patrimônio ambiental, com alto grau de preservação da mata atlântica, e cultural, com a manutenção de antigas festas, ritos e tradições, muitos deles ligados ao rio, que para eles é uma importante via de comunicação e fonte de alimentação.

O Alto Ribeira abriga inúmeras comunidades de pequenos agricultores e agro-silvicultores, muitos dos quais organizados em assentamentos rurais e núcleos familiares. Esses povos, apesar de sua resistência e luta, ainda sofrem ataques constantes à sua sobrevivência e autonomia, encontrando-se fortemente marginalizados pela ausência de políticas públicas e legislação ambiental adaptadas às suas especificidades. Apesar disso, algumas comunidades quilombolas têm sido reconhecidas e uma parte menor recebeu a titulação de suas terras. Os índios guaranis também vêm buscando a demarcação de seu

território, enquanto que os caiçaras lutam para terem seu modo de vida e de produção agro-extrativista reconhecida pelos poderes públicos. Na região há dez as aldeias de índios Guarani, formadas por famílias pertencentes aos subgrupos Mbyá e Ñandeva. A Fundação Nacional do Índio (Funai) estima que a população indígena na região tenha mais de 400 indivíduos. Os Guarani Mbyá vivem próximos ou mesmo dentro de Unidades de Conservação e nelas se relacionam com os recursos naturais de modo tradicional, pois seu padrão de economia está baseado na agricultura de subsistência.

Já as comunidades caiçaras se concentram, sobretudo ao longo dos 140 km de extensão do Complexo Estuarino Lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá, e hoje somam cerca de 80 núcleos populacionais. Sua subsistência econômica advém principalmente da pesca, realizada de modo artesanal e com baixo impacto ambiental, e para a qual a integridade ambiental do rio Ribeira de Iguape é fundamental, pois ele é o principal fornecedor de matéria orgânica para a vida estuarina, e qualquer alteração significativa em sua vazão ou na qualidade de suas águas pode representar um impacto de grandes proporções para essas populações e para a atividade do turismo local, em franca expansão.

Devido à localização geográfica privilegiada, o sistema estuarino-lagunar Iguape-Cananéia-Paranaguá é conhecido como um importante criadouro e favorece, principalmente, os peixes que habitam a costa e os que vivem durante todo o seu ciclo de vida ou parte dele em águas com baixa salinidade. Considerado como um dos estuários mais importantes do mundo apresenta em suas margens o predomínio do ecossistema manguezal responsável pelas altas concentrações de matéria orgânica que beneficiam a produção de plâncton, alimento de grande importância para a fauna aquática, levando o Ministério de Meio Ambiente a classificá-lo entre as Áreas Prioritárias para Conservação da biodiversidade dos estuários, manguezais e lagoas costeiras.

Há também um dos maiores complexos de cavernas do Brasil, representado por 273 cavidades naturais até hoje cadastradas pela Sociedade Brasileira de Espeleologia e outras tantas ainda não descobertas. Boa parte do grande fluxo de turismo nos municípios de Iporanga e Apiaí se deve a existência de 257 cavernas, gerando importante fonte de renda para a população local. Seu patrimônio arqueológico é também bastante significativo. Ali se encontra a maior quantidade de sítios tombados do estado de São Paulo, 158 no total, que atraem turistas e pesquisadores.

Neste contexto, fica claro que entre as atividades econômicas principais do Vale do Ribeira se destacam a agricultura familiar, a pesca artesanal e o turismo ecológico. Os poderes públicos federal, estadual e municipal, ao lado das universidades e de organizações não-governamentais investem há mais de 10 anos num modelo de desenvolvimento baseado no ecoturismo, dentro da idéia de aliar a preservação ambiental ao respeito à cultura das populações tradicionais. Assim, o desenvolvimento do Vale do Ribeira segue o caminho da sustentabilidade ecológica, do respeito às culturas locais e das iniciativas regionais (desenvolvimento endógeno), como demonstrado pelo Plano de Desenvolvimento Territorial do Vale do Ribeira, mais conhecido como a Agenda 21 do Vale do Ribeira, construído de forma democrática e participativa por delegados de 32 municípios de São Paulo e Paraná, em 2006.

Vê-se, portanto, a elevada importância ambiental, histórica e cultural que a região

tem para o Brasil, e o papel central que o rio Ribeira de Iguape teve para o estabelecimento e a manutenção dessa condição. Até hoje há várias manifestações culturais que se utilizam do rio como meio de expressão, realizadas tanto por pequenas comunidades como por cidades inteiras, como é o caso da festa de Nossa Senhora do Livramento, que todos os anos, no dia 31 de dezembro, promove uma grande procissão aquática com centenas de barcos descendo o rio até a foz do rio Iporanga, na cidade de homônima.

É fundamental, portanto, assegurar a preservação das condições ambientais e estéticas do rio Ribeira de Iguape, para que todo esse patrimônio ambiental, cultural e histórico possa ser mantido.

Já há muitos anos a região vem sofrendo um acelerado processo de degradação de suas matas ciliares, o que vem contribuindo para o assoreamento do rio, a descaracterização de suas margens e o comprometimento de sua qualidade ambiental. Se na região não for orientado o processo de desenvolvimento, é possível que no futuro grandes complexos industriais queiram ali se instalar para poder se utilizar das águas do Ribeira como depósito de rejeitos contaminantes, o que seguramente acabaria com a vitalidade sociocultural e ambiental que lhe é peculiar. Processos como estes devem ser de toda forma evitados, não para impedir o crescimento econômico da região, o qual já ocorre sem empreendimentos desta natureza, mas para garantir que ele de fato venha a trazer desenvolvimento para sua gente e respeite a história e a cultura locais. Esse é o segredo da sustentabilidade.

O presente projeto visa, assim, reconhecer a importância histórica, cultural e ambiental do rio Ribeira de Iguape, e garantir a preservação de seus aspectos naturais para que a vida cultural que orbita em seu entorno possa continuar a se desenvolver e se manifestar. Seu objetivo é impedir que alterações significativas em seus aspectos estéticos, físico, químico ou biológico venham a ocorrer.

Acreditamos que com o presente projeto de lei estamos contribuindo para a valorização do rio, de sua gente e de seu patrimônio ambiental, estimulando que os Governos dos Estados de São Paulo, Paraná e o Governo Federal promovam ações que venham ao encontro do objetivo de desenvolvimento sustentável da região.

Estas são as razões pelas quais contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação da proposta.

Deputado **IVAN VALENTE**
PSOL/SP

68E8B51B39 *68E8B51B39*